



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS
Rua São José, 4, Centro, Montanhas/RN CEP: 59198000 CNPJ: 08.354.383/0001-08

CONTRATO 88/2018

LICENCIAMENTO DO SOFTWARE DE TRIBUTAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE DÍVIDAS, PAGAMENTOS E CONTROLE DO SETOR TRIBUTÁRIO, EMISSÃO E CONTROLE DE BOLETOS, CERTIDÕES EM GERAL E NOTAS FISCAIS VIA WEB., QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN E HELLEN M MACIEL COSTA - ME , INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 22.345.635/0001-63.

O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN , inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 08.354.383/0001-08, com sede à Rua São José, n.º. 04, Centro, Montanhas/RN, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Manuel Gustavo de Araújo Moreira, brasileiro, portador do RG n.º.001316741/RN, inscrito no CPF sob n.º. 829.208.004-00, residente e domiciliado no Município de Montanhas/RN, e, de outro lado, a empresa **HELLEN M MACIEL COSTA - ME** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 22.345.635/0001-63, localizada na RUA JOSE NESTOR DE GOUVEIA , 93 , ALTO DA MATERNIDADE , PEDRO AVELINO /RN CEP:59530000, neste ato representada pelo Sr(a). HELLEN MARIANA MACIEL COSTA, inscrito no CPF/MF sob o n.º 106.918.624-43, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO** , resolvem celebrar o presente Contrato de **LICENCIAMENTO DO SOFTWARE DE TRIBUTAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE DÍVIDAS, PAGAMENTOS E CONTROLE DO SETOR TRIBUTÁRIO, EMISSÃO E CONTROLE DE BOLETOS, CERTIDÕES EM GERAL E NOTAS FISCAIS VIA WEB.**, neste município, com fundamento no presente Processo Administrativo, que se regerá pelas normas da Lei n.º 8.666/93 e alterações, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Parágrafo único – A **CONTRATADA** se obriga a executar o seguinte objeto: LICENCIAMENTO DO SOFTWARE DE TRIBUTAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE DÍVIDAS, PAGAMENTOS E CONTROLE DO SETOR TRIBUTÁRIO, EMISSÃO E CONTROLE DE BOLETOS, CERTIDÕES EM GERAL E NOTAS FISCAIS VIA WEB.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Parágrafo único – Pela execução dos serviços especificados na Cláusula Primeira, o CONTRATANTE pagará o valor mensal de R\$ 1.200,00(um mil e duzentos reais), totalizando o valor global de **R\$ 6.000,00(seis mil reais)**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA LIQUIDAÇÃO

Parágrafo único – A liquidação da despesa iniciará com o protocolo da Nota Fiscal ou documento equivalente pelo credor no Setor de Protocolo da Sede da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, os quais deverão ser encaminhados imediatamente ao Gestor do Contrato para o devido atesto.

PPP T

CLÁUSULA QUARTA: DO GESTOR DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro – O gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, conferirá a documentação comprobatória exigida pela legislação em vigor, verificando, inclusive, a autenticidade das certidões apresentadas junto aos respectivos órgãos expedidores e verificará se os serviços prestados atendem às especificações e condições previamente acordadas, conforme estabelece o art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e, não havendo qualquer pendência emitirá o atesto. O Atesto será instruído com a seguinte documentação:

- I. Certidões para verificação da situação cadastral do credor, devidamente acompanhadas da prova de sua autenticidade e da observância do prazo de validade;
- II. Demais documentos exigidos, conforme a natureza da despesa.

Parágrafo Segundo – Constatada qualquer pendência em relação à Nota Fiscal, à prestação do serviço o contratado será comunicado para sana-la.

Parágrafo Terceiro – Após a verificação da documentação apresentada pelo credor, e o cumprimento de todas as providências, o gestor de contrato emitirá o atesto e deverá remeter imediatamente a documentação respectiva a Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação para fins de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO

Parágrafo único – O pagamento da despesa deverá ser realizado mensalmente e no prazo máximo de 05 (cinco) dias uteis, a contar da emissão do protocolo da Nota Fiscal ou documento equivalente referente ao mês da prestação dos serviços, desde que inexistentes qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTAMENTO

Parágrafo único – Os preços referentes a este Contrato dar-se-ão em moeda corrente nacional, e serão irreeajustáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Parágrafo único - São obrigações da **CONTRATANTE** :

- a) Acompanhar, fiscalizar, inspecionar e supervisionar, a execução deste contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com o pactuado, deduzido os descontos legais;
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar suas obrigações dentro das condições pactuadas;

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Parágrafo único – Na execução do objeto do presente contrato, envidará a contratada todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, obrigando-se ainda a:

- a) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigado;
- b) Cumprir todas as determinações, recomendações e orientações legais emanadas do **CONTRATANTE**.

111 7.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo primeiro – Se, na execução deste contrato, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual de que possa ser responsabilizada a **CONTRATADA**, esta, sem prejuízo das sanções previstas no arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, sofrerá as seguintes penalidades ou sanções:

I – Advertência;

II – Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Montanhas/RN, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III - Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Montanhas/RN.

Parágrafo segundo – A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro – A multa administrativa prevista na alínea “b” não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento o **CONTRATANTE** por perdas e danos das infrações cometidas.

Parágrafo quarto – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo quinto - O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA VIGÊNCIA

Parágrafo único – A vigência do presente contrato tem duração de 01 de agosto de 2018 à 31 de dezembro de 2018, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

Parágrafo primeiro – A inexecução total ou parcial do presente contrato por parte da **CONTRATADA**, notadamente decorrente do descumprimento das normas administrativas e inobservância das atribuições e encargos inerentes ao referido instrumento contratual, ensejará a rescisão deste, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo segundo – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer época, caso não haja mais interesse pela **CONTRATANTE**, desde que haja comunicação prévia com no mínimo trinta (30) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

Parágrafo único – Fica estabelecido que caso venha ocorrer algum fato não previsto no presente Contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecida na legislação civil brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Parágrafo Único – As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, classificados conforme abaixo:

Unidade Orçamentária: 04.001 - Sec. Mun. de Planej. Finanças e Tributação
Ação: 2009 - Manut. das Ativ. da Sec. Mun. de Planej. Finanças e Tributação
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA Programa: 1006 - Governo para Todos Natureza: 3.3.90.39 -
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA Fonte de Recurso:
0100000000 - Recursos Ordinários Região: 0001 - Montanhas

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Parágrafo Único – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Cruz/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.

E assim, por estarem acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firma o presente contrato, em duas (02) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Montanhas/RN, 01 de agosto de 2018.


Manuel Gustavo de Araújo Moreira

Prefeito Municipal


HELLEN M MACIEL COSTA - ME

CNPJ: 22.345.635/0001-63